

## CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE: SOBRE A ERA DOS GOVERNOS PETISTAS NO BRASIL, REVOLUÇÃO PASSIVA OU CONTRARREFORMA? <sup>1</sup>

Bruna Figueiredo Oliveira<sup>2</sup>

Wesley Helker Felício Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal contribuir com o debate conceitual/categorial inaugurado por Carlos Nelson Coutinho, sobre a validade interpretativa dos conceitos gramscianos de “Revolução Passiva” e “Contrarreforma” para explicar a era dos governos petistas no Brasil. Além disso, os debates no campo da economia política sobre “neodesenvolvimentismo” e “modelo liberal periférico compõe nossa proposta de estudo e materializa nossa defesa a partir das formulações do marxista brasileiro, indicando que durante os governos Lula e Dilma, estávamos sob a égide da hegemonia da pequena política ou mais precisamente da contrarreforma neoliberal.

**Palavras-chave:** Governos petistas; Revolução Passiva; Contrarreforma

### ABSTRACT

The main objective of this work is to contribute to the conceptual/categorical debate inaugurated by Carlos Nelson Coutinho, on the interpretative validity of the Gramscian concepts of “Passive Revolution” and “Counter-Reformation” to explain the era of PT governments in Brazil. In addition, debates in the field of political economy on “neodevelopmentalism” and “peripheral liberal model make up our study proposal and materialize our defense from the Brazilian Marxist formulations, indicating that during the Lula and Dilma governments, we were under the aegis of hegemony of petty politics or more precisely of neoliberal counter-reform

**Keywords:** PT governments; Passive Revolution; counter-reformation

<sup>1</sup> Este trabalho é apenas uma versão resumida dos resultados obtidos durante o processo de estudo através do projeto de iniciação científica intitulado “O Colapso do Lulismo e o caminho seguro à barbárie” e a dissertação de mestrado de Bruna Figueiredo Oliveira, intitulada “O aprofundamento do transformismo do PT – considerações iniciais sobre a relação partido-governo no período 2003-2006” (Mestrado em Serviço Social – UFJF)

<sup>2</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF; e-mail: brunaofigueiredo@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ; professor do curso de Serviço Social na UNIMONTES; e-mail: wesleyfelicios@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é contribuir com as interpretações gramscianas sobre o Brasil e, de modo mais específico sobre o período mais longo que uma mesma organização partidária dirigiu o país, ou seja, os governos petistas que estiveram no poder durante 13 anos (período de 2003-2016). Portanto, nas linhas a seguir será possível perceber que nosso estudo perpassa pelo debate categoria/conceitual das elaborações do filósofo italiano Antônio Gramsci, indicando o critério interpretativo mais pertinente e com maior proximidade do real capaz de abarcar as múltiplas determinações desse momento histórico. Além disso, as análises que evidenciam as escolhas econômicas e políticas durante as gestões dos governos Lula e Dilma – com ênfase nos debates sobre o “neodesenvolvimentismo” e “modelo liberal periférico” – compõe nossa proposta de estudo, materializando nossa defesa conceitual a partir das formulações do marxista brasileiro Carlos Nelson Coutinho.

Refletir sobre as omissões, acertos e erros do PT durante o seu comando no Executivo Nacional é fundamental para entendermos o período que se inaugurou após o episódio catastrófico do golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma em 2016 e o avanço da extrema direita. Submersos nas águas do ultraneoliberalismo aliado à política reacionária com requintes fascizantes dos governos Temer e Bolsonaro aprofundou-se os estragos cometidos no campo da econômica, das políticas sociais, no desmonte da universidade pública e de todo setor cultural, além do revisionismo histórico e os ataques cada vez mais violentos a nossa frágil democracia. Sendo assim, é preciso analisar o passado na busca pela compreensão do presente, é preciso entender como chegamos a níveis tão trágicos e apontar o que teremos adiante. Portanto, o retorno triunfal de Lula à presidência do Brasil evidencia de maneira ainda mais cristalina a relevância do nosso estudo.

Para tanto, partiremos do seguinte caminho teórico: a partir da pesquisa bibliográfica que em primeiro momento refere-se as formulações de Gramsci e as interpretações de Coutinho sobre os conceitos de “Revolução passiva e “Contrarreforma”, foram utilizados os textos produzidos pelo filósofo italiano na sua obra carcerária, destaca-se também dois importantes artigos de Coutinho intitulados

PROMOÇÃO



APOIO



“Época neoliberal, revolução passiva ou contrarreforma?” e “Hegemonia da pequena política”. O marxista brasileiro inaugura o debate/polêmica com outros gramscianos brasileiros sobre o critério interpretativo que melhor explica a era das gestões petistas.

Após apresentarmos as críticas estabelecidas ao marxista brasileiro e expor nossas defesas ao seu pensamento, será necessário expor a estratégia de desenvolvimento capitalista verdadeiramente apresentada ao longo dos governos PT, a partir das formulações de Paulani (2017); Filgueiras e Gonçalves (2007); Gonçalves (2013), entendendo que se não houve mudança de paradigma, tampouco se estabeleceu um novo padrão de acumulação, trata-se de uma era marcada pela “hegemonia da pequena política” ou mais precisamente pela “contrarreforma”.

## 2 SOBRE OS CONCEITOS DE REVOLUÇÃO PASSIVA E CONTRARREFORMA

### 2.1 Revolução Passiva

Nesse tópico nossa preocupação limita-se em demonstrar as determinações fundamentais dos conceitos de Revolução passiva e Contrarreforma, sendo assim, não será possível desenvolver todas as potencialidades que os conceitos apresentam, haja vista os limites desse trabalho. Portanto, de maneira resumida e aproximativa indicaremos o que consideramos primordial para compreensão em sobre o que Gramsci desenvolveu (nesse primeiro momento) sobre revolução passiva.

O filósofo italiano preocupado em entender os fenômenos vigentes de sua época, mais precisamente da história Itália e seu processo de modernização, uniu as formulações de Vincenzo Cuoco e Edgar Quinet sobre o tema e criou sua própria definição. Importante ressaltar que assim como afirma Coutinho (2012), Gramsci amplia a noção de revolução passiva “para inteiras e diferentes épocas históricas” (p. 118). Dito isto, Bianchi (2018) nos esclarece quando afirma que “a revolução passiva era uma chave teórica para a compreensão do advento da modernidade capitalista na maioria dos países da Europa. Foi por contraposição à ideia de uma hegemonia política tal qual realizada pelos jacobinos que Gramsci elaborou teoricamente o conceito de revolução passiva como um cânone de interpretação histórica” (p. 257).



Isso quer dizer, que de maneira paradigmática à Revolução Francesa impulsionou as revoluções em toda Europa. A herança desse fenômeno histórico são as respostas advindas das classes dominantes perante a ascensão violenta das massas (jacobinismo), ou seja, já era possível identificar quais elementos populares deveriam ser sufocados. Portanto, os desenvolvimentos dos estados nacionais ocorreram através de restaurações, mudanças moleculares e manutenção da ordem.

Por isso, ao tratar sobre os fenômenos do “Risorgimento” (iniciativa modernizadora oriunda do reino de Piemonte), Gramsci utiliza tal conceito para indicar que esta modernização desenvolveu-se sem pautar as demandas dos grupos subalternos. A ausência de organização política efetiva das classes dominadas foi levada a cabo por um processo de modernização que sufocava não só as tímidas sublevações populares como também contribuía para apaziguamento do *Partito d’Azione*, que na ausência de um programa popular e democrático, tornou-se dependente da política dos moderados (BIANCHI, 2018). É possível afirmar que: “a inexistência de um jacobinismo de conteúdo na Itália era compensada pela expansão dos estratos intelectuais capazes de soldar ideologicamente a nação e pela difusão dos mecanismos de coerção que garantiam o predomínio das funções de dominação sobre as classes subalternas” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 130 APUD BIANCHI, 2018, p. 262).

Entretanto, vale destacar que a ausência de iniciativa popular e do consenso ativo não quer dizer total passividade das massas, tampouco total ausência de consenso. Há uma absorção das demandas advindas das classes subalternas, justamente aquelas que não são contraditórias com a ordem econômica e política. Nesse sentido, Gramsci afirma: a “reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas” (GRAMSCI, 1999, p. 393).

Para Coutinho (2012) o ponto fundamental do conceito implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas

“pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes) (p.2). Portanto, a Revolução passiva consiste numa forma política e histórica no qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos que permite a burguesia chegar ao poder sem rupturas calorosas e longe da herança jacobina francesa.

Não obstante e dando forma sob nossas tentativas de decifrar a construção e a capacidade interpretativa do conceito, concordamos com Coutinho (2007) quando ressalta a importância de explicitar o seu caráter negativo. Pois, assim como afirma Gramsci: “(...), não [pode-se entender] a teoria de revolução passiva como programa, como foi nos liberais do Risorgimento, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, 2002, p. 332). O filósofo italiano não defende a revolução passiva enquanto estratégia, o seu fundamento é a crítica que serve de base teórica para entender tantos os fenômenos e as especificidades da formação do estado nacional burguês italiano (Risorgimento) e da maioria dos países da Europa, como também utiliza o conceito para tratar do regime de exceção que foi o fascismo, sendo que este último há um lugar de destaque no pensamento gramsciano. Além do fascismo, Gramsci também utiliza o conceito quando escreve sobre o Americanismo e o Fordismo, entretanto, tais análises não serão nos limites deste trabalho desenvolvidas, pois, o que de fato nos interessa é entender as principais características de uma revolução passiva. Sendo assim, podemos resumir da seguinte maneira:

- 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização (COUTINHO, 2012, p. 120).

## 2.2 Contrarreforma

Tentando compreender os fenômenos provenientes da época neoliberal, Coutinho (2012) fala sobre a importância de entendermos o conceito de contrarreforma formulado por Gramsci. Diferente de suas elaborações carcerárias

sobre revolução passiva, Gramsci escreve de maneira muito escassa sobre contrarreforma e na maioria das vezes que se refere ao conceito está ligado ao enfretamento da Igreja Católica contra a Reforma protestante.

Contudo, ao tratar a respeito do humanismo em seus escritos carcerários, Gramsci fala sobre uma “contrarreforma antecipada”, nesse sentido, de acordo com Coutinho (2012) “pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos históricos outros que não a Reforma protestante” (Idem, p. 120), nesse caso, o pensador italiano refere-se ao florescimento das comunas na Itália pré-renascentista:

Assim, não lhe agrada que Toffanin considere todo o Humanismo como fiel ao cristianismo, embora reconheça que até os cétricos ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenômeno “clerical” no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (de resto, era Contra-Reforma em relação à época comunal). Eles se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada no nascedouro (GRAMSCI, 2000, p. 157).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Gramsci caracteriza de maneira ainda mais evidente quando escreve em outro parágrafo sobre as utopias como reações “modernas” e “populares” a “Contra-reforma”, definindo os traços dessa última como sendo próprio de todas as restaurações (COUTINHO, 2012, p. 120), assim afirma Gramsci: “a contrarreforma, a qual de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo” (GRAMSCI, 2002, p. 143).

Aqui está um ponto central da nossa análise, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma “pura e simples restauração”, diferente de sua conceituação sobre revolução passiva, pois, como anteriormente tratado o marxista italiano fala de uma “revolução restauração”. Por isso, “podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações”, mas que “acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo”, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente do velho” (COUTINHO, 2012, p. 121), ou seja, conservação e restauração. Digamos que tais diferenciações tratam-se de uma diferença sutil, mas que tem um significado histórico e não pode ser ignorado.

PROMOÇÃO



APOIO



Outro ponto importante que Coutinho (2012) evidencia a partir de Gramsci refere-se:

Ao fato de que a contrarreforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas – tal como faz o neoliberalismo de nossos dias – busca apresentar-se também ela como uma “reforma”. Lembremos o que diz ele: Os católicos (e especialmente os jesuítas, que são mais cuidadosos e consequentes inclusive na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e a todo conjunto de tendências protestantes, mas sustentam que se tratou de uma “Reforma católica” autônoma, positiva, que se terá verificado em qualquer caso. A pesquisa da história destes termos tem um significado cultural não desprezível (GRAMSCI, 2001, p. 90 apud COUTINHO, 2021, p. 121).

Em resumo, as escassas elaborações de Gramsci sobre o conceito indicam fundamentalmente que a “contrarreforma” como todas as restaurações, só podia ser um compromisso entre o velho e o novo, [portanto], elementos de novidade e progresso convivem como “formas” da modernidade num ambiente contrarreformista no qual é a velha ordem a ser restaurada (LIGOURI; VOZA, 2017, p. 148). Desse modo, assim como indica Gramsci, é possível estender historicamente o conceito, ou seja, seus elementos constitutivos oferecem os recursos necessários para interpretar os fenômenos oriundos da conjuntura atual.

### 3 CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE: INTERPRETAÇÕES GRAMSCIANAS SOBRE O BRASIL

#### 3.1 Durante a era dos governos petistas, revolução passiva ou contrarreforma?

Após indicarmos de forma aproximativa sobre os elementos fundamentais que compõe as determinações dos conceitos gramscianos, podemos avançar em nossa análise e contribuir com o debate conceitual/categorial muito importante sobre o critério interpretativo sobre a era dos governos petistas e a época neoliberal iniciada nas últimas décadas do século XX. Mas antes disso, é importante destacar que no conjunto da obra elaborado por Coutinho, quando trata sobre os processos de modernização no Brasil, afirma que desde a colonização até a redemocratização, e, Apesar das diferentes formas da correlação de forças durante esses períodos, todos ocorre revoluções passivas. Contudo, os governos sob a égide do neoliberalismo (no caso brasileiro PSDB e PT) não podem ser interpretados por esse mesmo conceito.

Para Coutinho (2012) não é possível falar em revolução passiva, pois, após a reestruturação produtiva que pôs fim ao fordismo e estabelece para as classes subalternas e os seus representantes (sindicatos, partidos, etc.) um recuo na correlação de forças com o capital, se apresentando de maneira defensiva. A luta de classes não mais se expressa na conquista de novos direitos, mas na defesa daqueles que já foram conquistados. Não há acolhimento de uma parte das exigências dos de baixo, que era considerado para Gramsci momento essencial das revoluções passivas.

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (Idem, 2012, p. 123).

Diante disso, o autor defende que é mais adequado falar em contrarreforma e não em revolução passiva para tratar dos traços essenciais da nossa época contemporânea, pois, acredita que o capitalismo não permite avanços no que tange a conquista de melhorias substanciais para os de baixo, é apenas a “restauração plena da economia política do capital”. Estamos perante as fortes tentativas de destruição daquilo que Marx chamou de “vitória da economia política do trabalho”. Entretanto, isso não significa que o neoliberalismo destrua completamente algumas conquistas do Welfare State, apesar de, sobretudo, ser fruto da luta e resistência da classe subalterna (COUTINHO, 2012).

Ademais, o autor destaca que mesmo aqueles círculos neoliberais ligados à terceira via e, as instituições financeiras que representam o capital internacional demonstram suas “preocupações” com o avanço da pobreza (resultado da face destruidora do capitalismo), porém, tais preocupações é o que leva à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas (exemplo claro dos governos petistas no Brasil) que não anula o fato de estamos diante de uma indiscutível contrarreforma (COUTINHO, 2012).

APOIO



Por esse motivo, o gramsciano brasileiro nos recorda mais uma vez sobre as indicações de Gramsci que nos adverte sobre o ponto central desse debate: “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo”, isso quer dizer que durante um processo histórico de contrarreforma não significa que não haja presença do novo, “mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2012, p. 123).

Tal defesa de Coutinho gerou divergências teóricas entre aqueles que também fazem parte do legado gramsciano. Alguns importantes pensadores brasileiros (Álvaro Bianchi; Edmundo Dias; Ruy Braga; etc) construíram suas críticas em relação às ponderações de Coutinho sobre os temas de Revolução passiva e Contrarreforma.

O debate sobre a validade interpretativa de tais conceitos em diferentes momentos históricos se deu a partir do primeiro mandato do governo Lula. Nessa época começaram as críticas do período a partir do conceito de revolução passiva. Contudo, em 2008 com o Seminário “*Internacional Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*”, surgiram análises sobre o período lulista no Brasil.

Inicia-se o debate através do texto de Francisco de Oliveira intitulado “Hegemonia às avessas”, que de maneira geral o autor defendia que estava em curso uma situação em que “as classes dominantes teriam tomado a direção moral da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Ou seja, “ter-se-ia, assim, uma inversão dos termos gramscianos. No caso brasileiro, parece que os dominados dominam e que por meio dos fundos de pensão chegaram à condição de capitalistas, parece que comandam a política à frente do Executivo e de uma forte bancada parlamentar; parece que a economia está estabilizada e a pobreza erradicada” (BIANCHI, 2020, p. 318), entretanto, as aparências escondem o verdadeiro significado: “não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição que a direção moral não questione a forma de exploração capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

## PROMOÇÃO



## APOIO





Enquanto isso, Coutinho afirmou que esse processo poderia ser melhor explicado através da formulação de “Hegemonia da pequena política”, que em termos gerais seria: “existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 27). A partir disso Coutinho irá construir seu argumento sobre as dificuldades de interpretar tal contexto pela chave da revolução passiva, propondo assim como alternativa o conceito de “contrarreforma”.

É a partir desse momento que Ruy Braga e Álvaro Bianchi indicam os problemas da escolha conceitual de Coutinho, para os autores o ponto fundamental dessa questão, seria que “Coutinho procurou romper a unidade estabelecida por Gramsci entre os conceitos de revolução passiva e transformismo” (BIANCHI, 2020, p. 320). Além disso, afirmavam que: “tanto as políticas assistenciais como o Bolsa família quanto a ampliação do sistema universitário federal, a “reformalização” do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo e o incentivo ao consumo por meio do crédito teriam sido políticas governamentais para lidar com “subversivismo das classes subalternas”” (BRAGA, 2010, p. 11-12), ou seja, a partir dos fundamentos da revolução passiva, foi incorporado ainda que de maneira precária parte das demandas populares.

Contudo, aprendemos nos limites deste trabalho que Coutinho considera pertinente a interpretação dos fenômenos atuais (incluindo a era dos Governos petistas) a partir do conceito de contrarreforma, mas isso não implica na exclusão da dialética estabelecida entre revolução passiva e transformismo (apesar de entendermos que este último tem legalidade própria). Segundo Coutinho:

transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismo que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, além dos fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil (COUTINHO, 2012, p. 124).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



Além disso, quando Braga (2010) afirma sobre as mudanças econômicas e políticas adotadas no período lulista que de certa forma atende parte dos anseios populares, consideramos pertinente reiterar as elaborações de Coutinho e de Gramsci: “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e novo” (GRAMSCI, 2002, p. 143). O que caracteriza um processo de contrarreforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades (COUTINHO, 2012, p. 123-124).

Não podemos afirmar que durante os governos petistas as políticas compensatórias e o acesso ao crédito destinado às classes subalternas podem ser caracterizados como um momento que “acatou as demandas populares” (como acontece nos casos de Revolução passiva), pois, trata-se de uma época em que predomina a hegemonia da pequena política.

Portanto, quando estamos falando em revolução passiva, o debate se direciona para os grandes desafios históricos. De acordo com Coutinho (2010) “a época da revolução passiva iniciada com a Restauração, na Europa do século XIX, pode ser vista como uma resposta “pelo alto” às exigências postas pela Revolução Francesa: muitas das conquistas dessa Revolução são recolhidas, mas ao mesmo tempo emasculadas, gerando aquilo que poderíamos chamar de passagem da democracia radical para o liberalismo moderado” (p. 40). Outro exemplo seria no americanismo (e em sua expansão no Welfare State): a “concessão” de direitos sociais, a adoção keynesiana de elementos de “economia programática” etc. são tentativas de responder ao desafio anticapitalista representado pela Revolução de Outubro e pela União Soviética” (ibidem).

Em ambos os exemplos o que estava em jogo eram questões da “grande política”, a disputa era clara entre: democracia dos jacobinos e o liberalismo burguês, no outro caso, seria a oposição entre socialismo e capitalismo. Desse modo, surge a seguinte questão: A era dos governos petistas havia grandes disputas? Poderia resultar de fato numa mudança de paradigma? Para Coutinho (2010), a contrarreforma neoliberal durante as gestões dos governos Lula e Dilma caracteriza a hegemonia da pequena política. Não estava em disputa a luta por diferentes tipos de

## PROMOÇÃO



## APOIO





sociedade, pelo contrário seus embates se encontravam no mesmo campo dos projetos liberados pela hegemonia de centro-direita.

### 3 A GUIA DA CONCLUSÃO: Os governos petistas e o “modelo liberal periférico”

Nesse sentido, consideramos pertinente avançar na compreensão sobre esse período histórico marcado pelas gestões de Lula e Dilma e que não só explicita o debate sobre as divergentes classificações do modelo de desenvolvimento adotado nos governos do PT, como também acreditamos que a construção desse raciocínio e a nossa análise crítica irá trazer solidez e exemplos concretos para concretizar a tese que defendemos se tratar de um período que deve ser interpretado pelo conceito de contrarreforma.

A trajetória política de construção do PT, resistente aos tempos difíceis da ditadura militar, juntamente com sua inicial elaboração programática, reascendeu as esperanças por uma sociedade que conferisse peso e voz aos trabalhadores. A vitória em 2002 expressou sinônimo de mudanças. Porém, o que de fato aconteceu foi um aprofundamento da política econômica de FHC (“elevação ainda maior da taxa de juros, que chegou aos 26,5% ano, enorme arrocho monetário, com corte de cerca de 10% nos meios de pagamentos da economia, adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida no Fundo Monetário Internacional” (PAULANI, 2017, p. 94)) o que acabou jogando pelos ares a possibilidade de construção de mudanças reais para a classe subalterna brasileira. Mas, assim como anteriormente tratado e afirmado por Gramsci, os momentos de contrarreforma, não significam total exclusão do “novo”, mas maior “preponderância” do “velho”. Por isso, os governos do PT combinando a agenda neoliberal, juntamente com adoção de políticas de transferência de renda (como por exemplo, o programa Bolsa família, que apesar de sua grande representação como símbolo dessas políticas, não foi o único no que tange a redução da desigualdade), conquistou uma experiência inédita, com um ciclo de crescimento e redução da desigualdade (mínima), gerando expectativas.

De acordo com Paulani (2017) podemos elencar uma série de iniciativas que de fato contribuíram para constituição de um tecido social menos desigual, mas afirmar que os governos petistas inauguraram um novo capítulo da história

PROMOÇÃO



APOIO





desenvolvimentista ou neodesenvolvimentistas – assim como defendem importantes analistas – é considerar que as gestões petistas travaram na cena política e econômica mudanças estruturais. Mas na verdade, o que de fato aconteceu segundo Paulanni (2017); Filgueiras e Gonçalves (2007); Gonçalves (2013); é que não houve projeto nacional que pudesse viabilizar a intervenção estatal na economia brasileira, o que de fato guiou a política econômica dos governos petistas, sem planejamento e sem projeto, foram os rumos conjunturais que nada ameaçavam a harmonia da sociedade produtora de mercadorias. Ou seja, a continuidade do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico – presente no Brasil desde 1990.

“Daí a dificuldade de denominar tal política de desenvolvimentista, seja neo, novo ou social o prefixo que se anteponha ao termo” (PAULANI, 2017 p. 97). Sem projeto nacional, muito menos sem projeto nacional democrático popular a experiência petista na história brasileira não resultaria em outro destino, senão ao fracasso, pois, nunca ocorreu de modo decisivo qualquer enfrentamento a institucionalidade construída exclusivamente para benefício da acumulação financeira.

De acordo com as interpretações de Filgueiras e Gonçalves (2007) o conceito de “modelo liberal periférico” formulado pelos autores, é central para a análise do longo período da gestão petista no Brasil, que, portanto, foi aprofundado e consolidado a partir de 2003. Segundo os autores, nunca houve um projeto desenvolvimentista. Portanto, cabe aqui caracterizar o MLP:

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado<sup>4</sup> e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional e se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, a dinâmica macroeconômica do modelo subordina-se à predominância do capital financeiro e da lógica financeira (Idem, p. 22).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

Em consonância com os autores afirmamos “que o desempenho econômico do Brasil foi medíocre no governo FHC e fraco no governo Lula. No que se refere ao governo Dilma, os indicadores apontam para desempenho pior do que o obtido pelo governo Lula. Portanto, o governo Dilma está em uma posição entre o fraco desempenho do governo Lula e desempenho ruim do governo FHC” (GONÇALVES, 2013, p. 8). Ou seja, consideramos um equívoco a defesa de alguns pensadores (MERCADANTE, 2010; BARBOSA, 2013; etc.) que afirmam estarmos falando de período histórico no qual as bases econômicas mudaram de patamar e identificando questões relacionadas como “a diminuição da dívida externa e o crescimento das reservas em moeda estrangeira”, como “certa diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira”, ou seja, acreditam em “supostas tendências progressivas da formação social brasileira no período” (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 500). Tais defesas desconsideram as especificidades do momento estrutural e conjuntural que estava ancorado as gestões dos governos petistas.

Portanto, não houve um novo-desenvolvimentismo, nem governos pós-neoliberais, tampouco um Estado de Bem-Estar Social, conforme alguns autores defendem. O que de fato ocorreu durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) foi propiciado por um período em que “a conjunção entre o minimalismo assistencialista e a repressão extraeconômica das camadas pauperizadas (NETTO, 2017, apud, OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 505) fundadas na conjuntura econômica favorável propiciada pelo boom das commodities nos anos 2000”. Não houve superação do modelo liberal periférico, pelo contrário, foi aprofundado. As demandas dos subalternos não foram atendidas de modo que poderiam lograr êxito numa mudança efetiva das suas condições de vida e trabalho. Os determinantes da pobreza não foram alterados. E, após o fim do governo Dilma (com golpe de 2016) isso fica evidente quando a ruína do pacto conciliatório petista. Por isso, a pertinência de analisar a estratégia de desenvolvimento efetivamente implementada ao longo dos governos PT, entendendo que se não houve embates dentro do campo da “grande política” não é possível interpretar esse período a partir da chave conceitual gramsciana de Revolução Passiva, não estamos falando em disputas de sociedades, tampouco de uma luta em prol de mudanças estruturais para os subalternos. O que de fato aconteceu foi à administração do existente, administração esta, que só ocorreu

PROMOÇÃO



APOIO





com seus avanços (no que diz respeito à desigualdade mínima) por conta de todo solo internacional existente – político, econômico e social. Desse modo, o conceito de contrarreforma elucida de forma cristalina quando argumenta sobre a preponderância da conservação (ou restauração) em face de eventuais e tímidas novidades (COUTINHO, 2012). E o retorno do PT em 2023 após os governos fascistas – apesar de representar uma grande vitória da democracia – não indica mudanças na interpretativa conceitual, tampouco na realidade objetiva que inclusive já demonstra o aprofundamento das medidas contrarreformistas, exemplo do Novo Arcabouço Fiscal (PL 93/2023) (substituindo o atual teto dos gastos) e da continuidade da política Temer e Bolsonaro, através da privatização de serviços e bens públicos via parceria público privada (PPP's).

## REFERÊNCIAS

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. 2 ed. Porto Alegre; Zoku. 2018.

\_\_\_\_\_. Gramsci entre dois mundos: política e tradução. São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 - **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: Revolução passiva ou Contra-reforma?**. Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, Jan-Jun, 2012.

\_\_\_\_\_, **A hegemonia da pequena política**. In: Hegemonia

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula** – Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 5** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PAULANI, Leda. **Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo**. In. Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo/ Gilberto Maringoni, Juliano Medeiros – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/ Fundação Lauro Campos, 2017.

SILVA, A.M. ; OLIVEIRA, E. A. **Estado de bem estar social no Brasil: fato ou mito?** REBELA. Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos. v.10, nº 3, 2020, p. 488-508.

### PROMOÇÃO



### APOIO

